

ATA DA 72ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária no formato online, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), participaram: Lucilene Binsfeld, conselheira titular (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Erli Aparecida Camargo, conselheira titular (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER), Nasser Haidar Barbosa, conselheiro titular (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz), Débora Nunes Barbosa, conselheira titular (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS), Mayara dos Santos Modolon, conselheira titular (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC), Felipe dos Passos, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF), Leonardo Marcondes, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP), Yara Hornke, conselheira titular (Conselho Regional de Psicologia – CRP12), Gabriela Rabello, conselheira suplente (Conselho Regional de Psicologia – CRP12), Rosemeri Miranda Prado, conselheira titular (Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina – FECESC), Guilherme Fernando dos Santos Papini, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço – SICOS), Marcos Leandro, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Educação – SED), Ivone Perassa, conselheira titular (Pastoral do Povo da Rua), Maria Del Carmen, conselheira titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Celina Duarte Rinaldi, conselheira titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Cláudia Andrieux, conselheira titular (Instituto Arco-Íris) e Nalá Ayalén Sanchez, conselheira suplente (Instituto Arco-Íris) e como **convidados**: Jaqueline Maccoppi (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – SINJUSC), Ana Carolina de Castro Freitas Santos (Frente Ampla em Defesa do Sistema Socioeducativo), e Ricardo Maes (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – SINJUSC). **A plenária é aberta (1)** pela presidenta Erli (FINER) dando as boas-vindas a todos e solicitando a secretária do CEDH para que os novos conselheiros se apresentassem. Na sequência foram se apresentando os conselheiros: Guilherme Fernando dos Santos Papini (SICOS), Leonardo Marcondes (SSP), Cláudia Andrieux (Instituto Arco-Íris), Gabriela Rabello (CRP12), Ivone Perassa (Pastoral do Povo da Rua). Após feitas as apresentações dos novos, foram iniciadas as apresentações dos antigos conselheiros, da convidada Ana Carolina Freitas representando a Frente Ampla em Defesa do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) de Santa Catarina e por fim, a secretária do CEDH-SC. Dando continuidade foi feita a leitura da pauta para aprovação. Foi incluído o ponto referente a formação e após ficou aprovada por unanimidade. A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) explicou aos novos integrantes que a Comissão de Políticas Públicas e Formação, na gestão anterior havia proposto um momento formativo nos primeiros 30-40 minutos de cada plenária. Na reunião da Comissão ficou deliberado pelos seguintes temas: Setembro amarelo, “Direitos Humanos só defendem bandidos”, População em situação de rua, Trabalho e dignidade, Violência Obstétrica e Saúde da mulher/aborto legal. A formação foi feita pela própria conselheira, que antes de iniciar sua fala mencionou não possuir domínio sobre o tema. Foram apresentados dados quantitativos e qualitativos, além dos equipamentos de ajuda como as Unidades Básicas de Saúde, Serviços Públicos de Saúde Mental, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Centro de Valorização da Vida (CVV). O conselheiro Nasser (CDH Maria da Graça Braz) sugeriu que temas dessa natureza fosse feita consulta ao CRP e justificou sua fala dizendo que essa pauta é bastante problemática por ser tratado na perspectiva *biomédica e biologizante*, e desta

forma, os números apresentados são um reflexo desse olhar, que acaba individualizando a pauta, focando nos indivíduos, deixando de lado o verdadeiro problema. O conselheiro mencionou o sucateamento das Redes de Apoio Psicossocial (RAPS) ao longo dos últimos 6 (seis) anos, e questionou sobre a atuação do atual governo do Estado em relação aos investimentos naquelas e nas equipes básicas de atenção primária. Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) concluiu sua fala afirmando não existirem mais Políticas Públicas de fato de prevenção ao suicídio porque foram se acabando nos 2 (dois) últimos governos federais. Se dirigiu a conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) e a presidenta Erli (FINER) dizendo não se tratar de uma crítica, mas ressaltou que devido a importância do tema deva ser tratado com um maior cuidado. Salientou ainda sobre a cultura de fazer Campanhas sem necessariamente resolver os problemas e, que no caso específico do setembro Amarelo, potencializa o problema. A conselheira Gabriela Rabello (CRP12) se manifestou contemplada com a fala do conselheiro Nasser, e acrescentou ao relato anterior, que as pesquisas mostram dados que o sujeito coloca, mas que, na verdade se trata de problemas biopsicossocial e enumerou como exemplos: a falta de acesso aos serviços de saúde, educação, as violências institucionais, que geram sofrimento humano. Gabriela (CRP12) mostrou que o tema se trata de uma dimensão muito maior do que os dados apresentados pela Associação de Psiquiatria, que potencializa o viés biomédico. Em sua opinião, as Campanhas deveriam contar com a participação social uma vez que as pessoas não têm conhecimento onde buscar ajuda. Assim, como o conselheiro Nasser (CDH Maria da Graça Braz) colocou como necessário ampliar a visão sobre as Campanhas. A conselheira Celina (IGENTES) compartilhou 2 (duas) situações com o pleno: a primeira delas foi quanto as Casas de recuperação que trabalham a cura pela religiosidade e não pelo viés da ciência, psicologia, e mencionado ainda aqueles que trabalham com cárcere privado. Outro ponto colocado foi a falta de vagas para atendimento no Estado. A conselheira Gabriela Rabello (CRP12) citou ainda a falta de qualificação dos profissionais que lidam diretamente com a saúde mental. O conselheiro Nasser (CDH Maria da Graça Braz) retomou sua fala anterior e disse que esse problema teve origem antes de 2016, com o início do *Plano Crack* onde se iniciaram os investimentos nas Comunidades Terapêuticas, tornando-as Políticas Públicas. O conselheiro comentou ter participado de inspeções junto ao Conselho Federal de Psicologia, ao Ministério Público e o Comitê Nacional de Combate à Tortura nas Unidades Terapêuticas para identificar as violações, na tentativa de *“provocar um movimento contrário de não absorver essas instituições nas Políticas Públicas”*. Acrescentou ao seu relato que as Portarias que organizam e regulamentam as redes de atenção psicossocial reconhecem e incluem essas instituições como parte da rede. Complementou sua fala anterior explicando ter apenas problematizado sobre o olhar *biomédico*, na verdade o tema abrange o desemprego, o risco de perder sua moradia, as vivências das pessoas que não tem moradia, o sistema prisional e a violência, o racismo que as campanhas não pautam. A conselheira Yara (CRP12) sugeriu fazer uma cobrança dos recursos que não se tem. Trouxe ainda outras questões tais quais: policiais procurando ajuda ao Conselho (CRP) por causa do aumento da taxa de suicídio, a falta de Campanha Nacional para se discutir sobre o sofrimento e a tristeza pós pandemia e por fim, sobre uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que está sendo proposta no Supremo Tribunal Federal para notificar uma Resolução que veda ao psicólogo ter práticas baseadas na religiosidade. A conselheira e vice-presidente Ivone Perassa (Pastoral) sugeriu encaminhar documento ao governo questionando qual o plano de prevenção para evitar as mortes nos presídios e nas ruas. A conselheira disse notar um aumento de investimento na segurança pública. **Encaminhamento: Encaminhar documento ao governo do Estado indagando qual o plano de prevenção do suicídio.** A secretária do conselho fez a leitura da pauta, informou que havia **quórum (2)** suficiente para as deliberações, **aprovada a ordem do dia**

(3) e feito o comunicado das justificativas de ausências dos conselheiros: Lúcia Haygert (IMDH) por problemas de saúde, presente sua titular, senhora Maria Del Carmen, Juliana (SSP) por problemas de doença em pessoa da família, presente seu titular, senhor Leonardo Marcondes, Bruna Longen (SAP), ministrando aula na Academia de Polícia e a suplente em período de férias, por fim a conselheira Katia Freitas (SAS) que teria outra reunião de conselho no mesmo dia e horário, presente sua titular, senhora Débora Nunes (SAS). Dando continuidade à reunião ficou **aprovada a ata da 71ª reunião plenária (5)** ordinária do CEDH. Quanto a **devolutiva da plenária anterior (6)** a secretária informou que quanto ao documento a ser encaminhado ao Tribunal de Justiça (TJSC) questionando o motivo da implantação do modelo de plantão regionalizado foi suspenso devido ao informe da convidada Jaqueline Maccoppi (SINJUSC) em reunião realizada no dia 06 de setembro, que explicou que o órgão irá reavaliar o modelo adotado. A partir desse relato, Jaqueline (SINJUSC) solicitou suspender o envio do documento até o final do mês de setembro. Conforme a devolutiva do TJSC, o Sindicato irá reavaliar a necessidade (ou não) de ação do CEDH-SC. O segundo ponto será quanto ao **Regimento Interno** e a reunião entre representantes do CEDH e o procurador da SAS, Leonardo. A secretária passou a palavra para a conselheira Maria Del Carmen que fez um breve relato histórico para entendimento dos novos conselheiros. Sendo a última devolutiva indicando ser feita alteração na lei do conselho e quanto a nomenclatura das Secretarias, devendo ser mantidas as antigas, conforme a legislação. A conselheira Maria (IMDH) explicou que a lei é feita pelo governo, devendo passar pelos trâmites legislativos e promulgada pelo governador, não sendo de responsabilidade do CEDH. Concluiu sua fala dizendo que o Conselho poderia minutar o projeto de lei e que segundo o procurador não havia problema em colocar a denominação antiga com uma frase do tipo: *“ou outra instituição que venha a substituir”*. Com isso, a Comissão decidiu por fazer desta última forma mencionada. A secretária do conselho foi questionada sobre o envio do documento para análise, porém a secretária informou estar aguardando o ofício. A presidenta Erli (FINER) relatou que virá do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) uma proposta de unificação de data de eleições de conselhos, alteração do prazo de mandato de 2 (dois) para 3 (três) anos, logo serão mais artigos a serem modificados. O conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) informou que a Comissão estava trabalhando na alteração da lei. O convidado Ricardo Maes (SINJUSC) sugeriu ser criada uma lei federal que regulamente de modo geral o funcionamento de todos os conselhos pois desta forma ficaria mais fácil trabalhar na lei estadual. A secretária do CEDH leu mensagem do procurador da SAS que havia entrado em contato com a dra. Jéssica do setor da Diretoria de Assuntos Legislativos (DIAL) da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) e não haveria problema em constar o nome atual da SAS e a expressão *“ou outra que a venha substituir”*. Quanto ao **momento das Comissões (7)**, o primeiro informe a ser feito foi quanto a Comissão de Conflitos Fundiários, ficou decidido que os relatórios irão para a Comissão de Legislação e Normas, serão transformados em Recomendação e na sequência assinados e feito os devidos encaminhamentos. Com relação a **Conferência Mesorregional de Lages (10)**, a presidenta comentou que o relatório estaria em fase de conclusão. Ainda sobre o tema Conferências, erli (FINER) comentou que o CNDH estaria encaminhando em breve a convalidação da Conferência Estadual de Santa Catarina e demais, desta forma não haveria necessidade de se fazer outra Conferência Estadual caso venha a ser feito o chamamento da Nacional. Com relação a reunião com a Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), a presidenta disse que serão discutidas as seguintes demandas da Conferência: recursos, possibilidade do aumento do número de participantes. Por fim, falou sobre a importância de abrir a participação da Conferência para um número maior de pessoas, devido ao número pequeno de delegados. A presidenta

informou ter participado de reunião no dia 13 de setembro do Fórum de Conselhos, onde foi colocada a intenção de se reunir bimestralmente. Nessas reuniões serão levados assuntos discutidos nos conselhos, que sejam afins e dois deles foram a população em situação de rua e o sistema prisional e socioeducativo. A vice-presidenta Ivone Perassa (Pastoral) disse que existe uma Comissão que trata do tema da população em situação de rua e algumas pessoas estavam expressando suas preocupações em relação a morosidade do Estado em relação a criação de Políticas Públicas para a população em situação de rua. A vice-presidenta colocou a situação como confusa, dentro da SAS, com ações fragmentadas, por contar com um Grupo de Trabalho (GT) e uma discussão dentro da própria SAS trabalhando para a construção de um Comitê. Comentou que na Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC está com um Projeto de Lei para criação de um cadastro das pessoas em situação de rua no intuito de inclui-las rapidamente no mundo do trabalho, porém, em sua opinião essa atitude não irá gerar resultado. A conselheira Débora Nunes (SAS) afirmou que as ações estão fragmentadas porque não se tinha uma Política Única e explicou que no ano passado foi retomado o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua (CIAMP) e foi trabalhado exaustivamente nesse PL, porém, por conta da transição de governo não se avançou. Neste ano foi retomado de forma morosa pois o grupo teve que ser rearticulado. Continuou seu relato dizendo que está fragmentado em 2 (duas) frentes: o GT que vai trabalhar mais voltado para a construção de um protocolo para atendimento da população em situação de rua e na Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos está sendo retomado a criação de uma legislação estadual para a população em situação de rua que também cria o CIAMP. Porém esse PL deve ser proposto pelo Poder Executivo porque o Comitê prevê gastos, partindo o legislativo irá gerar vício de origem. Débora (SAS) informou que a Jucélia (gerente da média complexidade SAS) está a frente do GT e a própria Débora estaria a frente dos trâmites burocráticos. Por fim, a gerente comentou que como a minuta teria sido debatida exaustivamente, foi feito apenas ajustes, orientados pelo Procurador da época e referente a nomenclatura para seguir seus trâmites. O documento foi compartilhado no grande grupo no momento da reunião para conhecimento, que é composto do PL que cria Políticas Públicas e o Comitê (CIAMP) conforme as determinações do STF. Lembrou que o documento deverá tramitar por outros órgãos para avaliação observando o prazo estabelecido pelo STF. A presidenta compartilhou proposta da reunião do Fórum de Conselhos em que ficou decidido a **criação de um Grupo de Trabalho composto pela Comissão de Comunicação de cada conselho** para trabalho em conjunto quando o tema for convergente. Dando prosseguimento foi iniciado o **ponto (8)** de pauta acerca **discussão sobre a possibilidade de alteração das Comissões Especiais em Permanentes**. A secretária do CEDH, fez um breve relato acerca do tema mencionando que a lei menciona que o Conselho poderá criar comissões, porém, não fez menção ao tipo da Comissão, se especial ou permanente. A presidenta Erli Camargo (FINER) mencionou esse debate como antigo e que o CEDH teria autonomia para alterar a Comissão de Especial para Permanente. A professora Maria Del Carmen (IMDH) disse não recordar ao certo o motivo, mas nas “idas e vindas” do Regimento Interno, um dos motivos de seu retorno teria sido por conta da inclusão dos Grupos de Trabalho e da impossibilidade de se criar novas Comissões Permanentes além daquelas previstas em lei. O convidado Ricardo Maes (SINJUSC/SC) mencionou ter essa lembrança de orientação da procuradoria da SAS mas teria que se fazer o resgate do documento. O conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) se manifestou contrário a sugestão devido ao número insuficiente de conselheiros a medida que forem se criando novas comissões Permanentes. **Encaminhamento: Publicar nova Resolução que prorogue o prazo de vigência das 2 (duas) Comissões Especiais.** Com relação a **discussão sobre o sistema**

socioeducativo e implantação do Mecanismo e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Santa Catarina. A presidenta Erli (FINER) comentou que o Conselho Regional de Psicologia (CRP12) fez um dossiê em relação ao Mecanismo e Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, apresentado ao CEDH, e sugeriu complementá-la com novas informações. A convidada Ana Carolina (Frente Ampla) disse que a última notícia que tem é que o texto estaria em revisão na Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos (SAS). Mencionou ainda sobre o relatório em fase final do Mecanismo referente a Santa Catarina. Para a convidada, o pedido de audiência terá como objetivo não somente fazer uma apresentação breve desse cenário bem como levar pessoas que tenham afinidade com o tema como juízes e desembargadores de forma a *“pensarmos juntos uma alteração”*. Débora Nunes (SAS) relatou que a diretoria precisou se reorganizar com a saída do seu titular, Maicon de Medeiros, e a própria Débora junto com a conselheira Sílvia Cantarino (SAP) estavam se reunindo para fazer alguns ajustes. Na época foram convidadas a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) para análise em conjunto. A gerente se prontificou a apresentar um cronograma de encontros com a SAP para discussão desse P.L. Por fim, a presidenta indagou se haveria algum ponto a ser colocado em relação aos informes gerais, agradeceu a presença de grande volume dos conselheiros/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente com a Erli, presidenta do CEDH/SC, assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **87P83JHD**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ERLI APARECIDA CAMARGO (CPF: 516.XXX.329-XX) em 20/10/2023 às 15:01:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzg3UDgzSkhE> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **87P83JHD** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.